

RESULTADOS DESALENTADORES DO PLANO VERÃO

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S.Paulo, 18.5.1989

O congelamento de preços, o chamado "choque heterodoxo", é uma forma de evitar que a inflação autônoma evolua no sentido da hiperinflação. Durante todo o ano de 1988 fui favorável a um novo choque, mas, sabendo das limitações do governo, de sua incapacidade de reduzir a dívida externa e eliminar o déficit fiscal, entendia que o novo congelamento deveria ser um "congelamento fraco", ou um "congelamento realista", que reduzisse a inflação mas não pretendesse eliminá-la. Pensava em alguma coisa semelhante ao congelamento pelo qual fui responsável e que afinal ficou com o nome de Plano Bresser. O governo, no entanto, em 15 de janeiro deste ano, nos surpreendeu com um "congelamento forte", com um novo Plano Cruzado, agora denominado Plano Verão.

Ao contrário do Plano Bresser e de forma semelhante ao Plano Cruzado, o Plano Verão realizou uma reforma monetária, desindexou a economia, paralisou as minidesvalorizações cambiais (só as retomou muito timidamente quase três meses depois), não previu uma fórmula de indexação de salários. Pretendia, entretanto, obter melhor sorte do que o Plano Cruzado graças a uma política fiscal e a uma política monetária muito mais rígidas. Graças, portanto, ao que seria uma "política ortodoxa", em contraste com a "política heterodoxa" do Plano Cruzado.

Quase quatro meses depois podemos verificar que a política ortodoxa do Plano Verão foi ineficaz. Vejamos em primeiro lugar o que ocorreu no plano financeiro. O déficit público não diminuiu; pelo contrário, tudo indica que aumentou devido à absurda política de juros reais pagos pelos títulos públicos nos primeiros três meses do plano. A política monetária rígida afinal não se materializou, apesar dos juros reais elevados: a base monetária já estava no final de fevereiro 36,5 por cento maior do que em 31 de dezembro, quando esse período do ano é sempre um período de contração da base. A dívida pública interna cresceu enormemente, devendo ter dobrado em termos nominais em 30 de abril em comparação com 31 de dezembro, enquanto a inflação nesse período, medida pelo IGP, deve ter ficado um pouco superior a 60 por cento. A taxa de inflação oficial mensal, por sua vez, apesar do congelamento ter sido mantido

praticamente intacto até 15 de abril (data do fechamento do levantamento de preços para o IPC-IBGE de abril), alcançou 7,31 por cento.

Mais graves do que esses resultados financeiros, até agora alcançados pelo Plano Verão, foi o prejuízo em termos de perda de credibilidade do governo e de crédito do Estado. A incapacidade do governo de controlar o déficit público, apesar das insistentes manifestações de intenção, e os erros cometidos em relação principalmente à taxa de juros e à desindexação da economia, levaram a um agravamento da perda de credibilidade do governo. A esta perda de credibilidade do governo somou-se a perda de crédito do Estado, que pode ser definida pela dificuldade de colocação das LFTs não obstante os juros astronômicos.

Esta perda de crédito, ainda que tenha sido consequência da perda de credibilidade do governo, foi mais diretamente o resultado de uma crescente convicção por parte dos agentes econômicos: (1) que a inflação reprimida é muito grande e logo se manifestará através do índice de preços e da desvalorização cambial, e (2) que o governo será cada vez mais tentado (ou obrigado) a promover um deságio parcial sobre sua dívida interna, dado o desequilíbrio a que chegaram as contas públicas em termos de fluxo (déficit público) e de estoque (dívida pública externa e interna) e a própria crescente perda de crédito do Estado. A perda de crédito do governo manifestou-se através de uma extraordinária elevação da taxa de câmbio no mercado paralelo. Entre as cotações médias de abril e dezembro a desvalorização do cruzado no mercado paralelo foi de 95,6 por cento, contra uma desvalorização correspondente no mercado oficial de 51,3 por cento. É verdade que esse descolamento das duas taxas, refletido em um ágio do câmbio paralelo sobre o oficial que, no último fim de semana alcançava um nível superior a 150 por cento, é também decorrência de um atraso cambial crescente, na medida em que o governo, para evitar a aceleração da inflação, fez até agora, desde a introdução do plano, apenas duas desvalorizações cambiais somando 5,3 por cento.

Finalmente, no plano econômico real - e no plano social - os resultados não são menos preocupantes. Os salários médios reais estão em claro declínio e a produção industrial apresenta sinais de recessão. A redução dos salários reais está relacionada com a fórmula de conversão dos salários em novos cruzados por um nível inferior à média do ano passado e com a falta de uma regra de indexação salarial desde a introdução do Plano Verão. Os salários médios reais caíram 16,7 por cento entre dezembro e fevereiro. A produção industrial apresentou uma queda de 9,9 por cento em fevereiro em relação ao mesmo mês do ano passado. O nível de emprego vem se reduzindo nos últimos seis meses. Em março de 1989, segundo o índice da FIESP, foi 2,6 por cento inferior ao de março de 1988 e 6,4 por cento menor do que o de março de 1987. As taxas de desemprego ainda são baixas, mas apresentam clara tendência de aumento. As previsões do INPES (Instituto de Planejamento Econômico e Social do Ministério do Planejamento) são de que a recessão se aprofundará nos próximos

meses. Apenas a safra agrícola volta a apresentar excelentes perspectivas. E as vendas a varejo, embora no último mês já tenham arrefecido, mantêm-se em um nível superior ao do ano passado devido, especialmente, à preocupação dos consumidores de antecipar as compras de bens duráveis para se proteger da inflação futura. Em função desse quadro recessivo, o saldo comercial continua elevado, e as previsões para este ano são de um superávit semelhante ao de 1988.

Este quadro real da economia não seria negativo - poderia até ser considerado positivo - se traduzisse um forte ajustamento fiscal que estivesse eliminando ou pelo menos reduzindo de forma considerável o déficit público. Já vimos, entretanto, que não é este o caso. Nada foi feito para reduzir a dívida e os juros externos. Não houve qualquer redução significativa de despesas ou aumento de receitas públicas, não obstante todos os efetivos esforços da equipe econômica, e as despesas com juros sobre a dívida interna aumentaram consideravelmente. Por outro lado, dado o aumento das taxas de juros internacionais, as despesas com juros sobre a dívida externa também deverão aumentar em 1989. Segundo informações não oficiais mas fidedignas, as perspectivas mais otimistas para este ano são de um déficit público operacional de 7 por cento do PIB - e há projeções muito mais pessimistas.